

**INTERNATIONAL CONFERENCE**

**Between Three Continents: Rethinking Equatorial Guinea on the Fortieth Anniversary  
of Its Independence from Spain**

Hofstra University,

procedesse efectivamente da África Centro Ocidental, nomeadamente do Congo e do N'dongo (Angola). Este contingente de escravos só esporadicamente será renovado através da chegada de pequenos grupos de africanos, trazidos pelos europeus, e surge nos hoje como seguro que, pelo menos, a primeira leva tinha estado sujeita, em São Tomé, a um processo mais ou menos longo de aculturação, conhecendo já o crioulo (ou o proto crioulo) são tomense e tendo tido contacto com o cristianismo.

Entretanto, tinham sido também introduzidos animais domésticos e plantas alimentares (sobretudo mandioca, inhames e árvores fruteiras, como a laranjeira e o limoeiro) essenciais à sobrevivência dos habitantes. Ao contrário de São Tomé e Príncipe, nunca se tentou instalar (há apenas notícia de uma vaga tentativa no século XVII) uma agricultura de plantação com base na cana sacarina, e mesmo aquela que vai ser a única base e u e

estabelecer as condições (sendo, então, convenientemente presenteado) e dezenas de canoas aproximavam-se do navio para o comércio de circunstância. As relações nem sempre corriam em clima amistoso e por diversas

ilha, tratado por governador, neste caso um homem ganancioso nas exigências que fazia aos habitantes e odiado por eles<sup>1</sup>.

Desconhecemos se houve alguma relação de causa e efeito entre os desmandos desse “governador”<sup>11</sup> e a posterior situação da ilha, mas o certo é que, desde o início do século XVIII, deixamos de ver qualquer português fixado em Ano Bom. Só que, ao contrário do que o citado holandês então previa, os anobonenses não entregaram a ilha a outra nação mas tomaram-na nas suas mãos, formando um território verdadeiramente independente. A propósito, um autor português da época dizia: “ao presente [o donatário] tira dela pouco fruto porque os pretos que nela habitam estão levantados” e acrescentava: “os pretos, que nos princípios seriam escravos, agora são senhores”<sup>12</sup>.

No imediato, nem o donatário nem o Estado

Marinha e Ultramar, cobrisse claras intenções políticas. São enviados dois cónegos da Sé de São Tomé, ambos negros e entendendo o crioulo local, acompanhados de um jovem branco (para que a população se habituasse aos europeus). Desembarcam, conseguem instalar-se e são aceites durante algum tempo. Depressa se rompe, porém, a aparente hospitalidade e os dois sacerdotes sofrem /T2bitticas.

Como se administraram entretanto os habitantes de Ano Bom? Que formas de poder político criaram ou recriaram? Podemos falar da edificação de um Estado?

## 2. Independência e poder político

Uma visão estereotipada, muitas vezes aplicada, aliás, aos quilombos de várias partes do mundo, levar nos ia a pensar na implantação de um poder centralizado, de cariz monárquico, reproduzindo o modelo dos reinos do continente africano de onde procediam, aliás, tanto quanto sabemos, os habitantes de Ano Bom. Na verdade, não só não é isso que quilombos

240023107068704e)Cp3C(aF82\_0TcTf.595Tc8700Tdu(Bon253671240825BdV8017d30029\_0d3T2345j0TTE0<0003

Na divisão sexual do trabalho que é instituída, os homens são responsáveis pelo recurso base da alimentação diária (o peixe)os

social retirado aos produtores graças a forças especializadas nas cobranças fiscais e na manutenção da ordem”<sup>28</sup>.

Será que podemos chamar Estado às formas de poder político existentes em Ano Bom no período aqui estudado? Segundo o referido critério, não. Os detentores do poder não estão separados da produção; não existe cobrança de tributos; não há corpos especializados quer na manutenção da ordem (exército profissional, monopólio do uso legítimo da violência) ou na administração da justiça.

Aparentemente, não estavam preenchidas, na ilha, as condições históricas que podiam levar à estruturação de um Estado. Isso não significa, obviamente, que não existisse nenhuma forma de organização política, pois como diz Pierre Clastres, “não há sociedades humanas sem poder político, embora haja sociedades humanas nas quais esse poder não é



dignitários com títulos totalmente arbitrários, sem qualquer funcionalidade prática, pedidos emprestados aos que conheciam da marinha europeia, não sei se obedecendo a alguma ordem hierárquica: piloto (ou piloto mor), capitão, secretário, cirurgião, etc.

Os sinais distintivos do cargo de chefia do govenadol eram dados pelo vestuário, uma espécie de farda, envergada apenas em

número, já existissem no século XVIII e tivessem os papéis políticos que já referiremos. Um terceiro elemento diferenciador, embora com menor repercussão social, é de carácter religioso e tem a ver com o conhecimento das orações, fórmulas e cantos, todos eles em latim ou em português, que são instrumentos de mediação com a divindade e com os antepassados. Daí decorre o prestígio do mestre escola (metiscolo), uma espécie de depositário desse saber social fundamental; dos vários "sacristães"; mas sobretudo do "sacristão maior" ou "sacristão da igreja grande" (sanguistã gueza nganyi ou sangitá gandyi) que substituiu, na maioria das funções, o sacerdote católico ausente e dirige também aos principais ritos paralelos ao "cristianismo oficial"<sup>39</sup>. Grupo de idade

Os primeiros missionários espanhóis que se fixaram em Ano Bom ainda puderam testemunhar (com alguma má vontade, aliás) o poder e a influência dos mais velhos.

gouverne”<sup>49</sup>. E, mais de um século depois, um dos missionários espanhóis indignava-se: “Teníamos aquí un pueblo ó más bien una Isla entera (...) sin autoridad y sin ningún clase de gobierno”<sup>5</sup>.

Não é de estranhar que observadores habituados à distinção entre governantes e governados mostrassem o seu espanto perante essa ausência que acabou por ser, provavelmente, uma das principais originalidades do sistema político implantado em Ano Bom por homens que mostram prezar muito a sua liberdade<sup>51</sup>. O sistema político, apesar do seu grau mínimo de organização, mostrou-se suficientemente estável e credível para conseguir manter, sem conflitos graves, durante quase dois séculos, a coesão da comunidade.

Essa coesão vai traduzir-se na formação de uma consciência nacional que já estava perfeitamente consolidada no século XIX (e eventualmente antes). Um missionário espanhol mostra os habitantes “tan amantes de su país” que “para ellos no hay cosa mejor que Annobón”<sup>52</sup>. E Cunha Mattos, que conheceu bem, nas primeiras décadas do século XIX, a comunidade anobonense de São Tomé (formada em condições bastante desagradáveis) não retrata uma realidade muito diferente: “Para eles a ilha de Ano Bom, a que chamam Anibô, é o paraíso terreal, tal é o amor que os existentes na ilha de São Tomé conservam àquela pátria, donde quase todos foram expulsos e expostos às ondas como feiticeiros”<sup>53</sup>.

\* Tratámos, pela primeira vez, este assunto no nosso artigo (que retomamos parcialmente aqui) “A ‘república negra’ de Ano Bom: invenção de um Estado entre duas colonizações” in *Trabalho Forçado Africano – Experiências coloniais comparadas*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coorden.), Porto, Campo das Letras, 2006, pp. 47-65.

1 AN/TT, Chancelaria de D. Sebastião, Livro 20, ff. 265-268v.

2 Arlindo Manuel Caldeira, “Uma ilha quase desconhecida. Notas para a história de Ano Bom”, *Studia Africana – Revista Interuniversitária d’Estudis Africans*, 17, 2006, p. 100.

3 “Relação da Costa de África”, de Garcia Mendes Castelo Branco, 1620 (MMA, vol. VI, p. 472). Ver também *Voyage de Pierre Van den Broeck au Cap Vert, a Angola e aux Indes Orientales (1613)* in *Recueil des voyages qui ont servi aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales*, Ruão, Pierre Caillous Libraire, 1725, vol. VII, p. 429.

4 AHU, São Tomé, Cx. 2, nº 141, Carta do governador Carlos de Nápoles, 11 Janeiro 1661.

5 Biblioteca Nacional, Cod. 748, Miscelânea, "Papel sobre Sam Thome", fls. 203vº 204, Informe do gov. Pedro da Silva, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1672.

6 "Voyage de la flote de Nassau aux indes orientales par le detroi de Magellan, commencé l'an 1623 sous le commandement de l'Amiral

12 Fr. Agostinho de Santa Maria, Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora..., Lisboa, Off. António Pedrozo Galram, 1707 1723, vol. X, 1723, pp. 447 e 449.

13 AHU, Códice 486, fl. 289 v, Carta do rei ao ouvidor geral de S. Tomé, 28 de Junho de 1734; AHU, São Tomé, Cx. 7, nº 84, Consulta anterior a 12 de Janeiro de 1743;

2 C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 70, n. 86; José A. Moreno Moreno, Reseña histórica de la presencia de España en el Golfo de Guinea, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952, p. 47.

21 José de Moros y Morellon, "Memoria sobre la isla de Annobón", in Memorias sobre las islas africanas de España, Fernando Poo y Annobón, Madrid, Compañía Tipográfica, 1844, p. 23.

22 José A. Moreno Moreno, Reseña histórica..., cit., p. 66.

23 O primeiro superior da missão, o Padre Juanola, "resolvió amoldarse a todos sus gustos y costumbres, salvo las Leys de Dios y de la Iglesia" (Padre Armengol Coll, Segunda Memoria de las Misiones de Fernando Póo y sus dependencias, Madrid, Imprenta de San Francisco de Sales, 1899, p. 92).

24 Uma das razões da preferência dos anobonenses pelos barbadinhos italianos tinha carácter político: era uma forma de manterem à distância os clérigos portugueses, que podiam abrir caminho à "recolonização".

25 Incluímos neste grupo os cónegos missionários enviados por Lisboa em 1770, que, embora africanos, estavam profundamente europeizados.

26 Parece ter havido, no início do século XIX, pelo menos, uma tentativa desse tipo, protagonizada por "Mestre André", para cuja caracterização só dispomos de elementos esparsos e que não teve continuidade.

27 Natálio Barrena, C.M.F., La Isla de Annobón, Introducción, notas y adiciones por Ramon Perramón, Barcelona, Publicaciones del Instituto Claretiano de Africanistas (Mimeografado), 1965, p. 39.

28 J. P. Magnant, "Du grand prêtre au roi: les origines religieuses des États anciens du Tchad", in Jean Pierre Chrétien, L'invention religieuse en Afrique, Paris, ACCT Karthala, 1993, p. 168.

29 Apud Jean William Lapierre, *Vivre sans État? Essai sur le Pouvoir Politique et l'Innovation Sociale*, Paris, Éditions du Seuil, 1977, p. 104.

3 AHU, S. Tomé, Cx. 12, doc. 23, Carta do ouvidor geral Caetano de Mesquita, 28 de Outubro de 1770 (C. A. Neves, *S. Tomé e Príncipe...*, cit., pp. 270 271).

31 Ibid., doc. 25, Carta do ~~o~~ Carta do





51 "São muito zelosos da sua liberdade" (AHU, S.Tomé, Cx. 59, doc. 57, Relação da viagem..., 1770, cit.); "Amam hasta el furor la libertad, porque están viendo todos los dias los efectos de su pérdida" (J Moros y Morellon, "Memoria ...", cit, p. 27).

52 P.de Epifanio Doce, "Notas Aclaratorias" a M. Zamora Lobocho, Noticia..., cit., p. 88.

53 R. J. da Cunha Matos, Compêndio histórico das possessões de Portugal na África, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 217.